

PUBLICIDADE LEGAL

IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.
CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 43300002799 COMPANHIA ABERTA
AVISO AOS ACIONISTAS - PAGAMENTO DE PROVENTOS

Comunicamos aos senhores acionistas que pagaremos em 24 de março de 2022 dividendos intercalares com base nas demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2021, no valor total de R\$ 15.891.743,24, aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 03 de março de 2022, nos termos dos artigos 26, parágrafo único, e 29, *caput*, do Estatuto Social de acordo com as seguintes condições:

1. Dividendos intercalares à razão de R\$ 0,0634698 por ação ordinária aos acionistas detentores de ações de emissão da Companhia em 08 de março de 2022 ("Dividendos Intercalares – 4º Trimestre"). Os dividendos intercalares serão colocados à disposição dos acionistas, isentos de IRRF, conforme o artigo 10º da Lei nº 9.249/95.

2. Conforme aprovado, as ações de emissão da Companhia serão negociadas *ex-proventos* a partir de 09 de março de 2022 (inclusive).

Instruções quanto ao crédito dos proventos:

Em 24 de março de 2022, a Companhia creditará o dividendo devido a cada acionista, segundo o número de ações ordinárias de sua titularidade na data base de 08 de março de 2022, de acordo com o domicílio bancário fornecido à Itaú Corretora de Valores S.A., instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia ("Escriturador").

Os acionistas, cujo cadastro não tenha a inscrição do número do CPF/CNPJ ou a indicação de Banco/ Agência/Conta Corrente, somente terão seus dividendos disponíveis a partir do 3º dia útil, contado da data da atualização cadastral nos arquivos eletrônicos do Itaú Unibanco S.A., que poderá ser efetuada em qualquer agência da rede.

Os acionistas cujas ações estão depositadas em instituições prestadoras dos serviços de custódia de valores mobiliários, terão seus dividendos creditados conforme procedimentos adotados pelas instituições depositárias.

Porto Alegre, 09 de março de 2022.

Odivan Carlos Cargnin

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

TERMINAL MARITIMO LUIZ FOGLIATTO S/A - TERMASA CNPJ 74.109.828/0001-19															
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020															
BALANÇO PATRIMONIAL (Valores em R\$)															
ATIVO	NE	2021	2020	PASSIVO	NE	2021	2020								
CIRCULANTE		238.420.607	178.373.415	CIRCULANTE		39.188.061	42.793.666								
Caixa e equivalentes de caixa	04.01	226.917.489	161.372.778	Fornecedores		1.699.084	1.846.452								
Caixa e bancos		1.005.636	1.113.400	Obrigações tributárias	04.09	5.016.695	3.647.205								
Aplicações financeiras		225.911.853	160.259.378	IRPJ e CSLL a pagar		1.931.329	-								
Créditos		8.594.161	16.058.628	Obrigações sociais		617.176	501.694								
Créditos com clientes	04.02	4.303.545	2.885.700	Obrigações com pessoal		6.612.829	5.217.122								
Tributos a recuperar		4.076	2.217.224	Financiamentos bancários	04.08	92.790	142.909								
Adiantamentos		1.554.490	441.256	Antecipação de clientes		57.082	31.751								
Dividendos a receber	06.09	2.036.466	10.328.583	Dividendos a pagar	06.09	23.122.070	30.651.524								
Outros créditos	04.03	864.206	354.486	Outros débitos		39.007	755.009								
(-) Estimativa de Perdas CLD		(168.622)	(168.622)												
Estoques		2.899.101	928.494	NÃO CIRCULANTE		11.124.929	13.380.012								
Despesas antecipadas		9.857	13.515	Obrigações tributárias	04.09	4.477.872	7.011.980								
NÃO CIRCULANTE		188.293.198	180.124.246	Financiamentos bancários	04.08	44.865	137.655								
Realizável a longo prazo		13.758.037	9.181.274	Provisões para contingências	04.10	6.568.985	6.160.944								
Créditos com empresas ligadas	06.09	112.234	6.216.745	Outros débitos		33.207	69.433								
Créditos com clientes	04.02	756.502	756.502												
Depósitos judiciais	04.04	804.063	724.263	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		376.400.815	302.323.983								
Contas a receber		650.000	650.000	Capital Social	04.11	75.108.395	75.108.395								
Créditos em cobrança judicial		526.228	526.228	Reserva Legal	06.01	27.335.027	22.477.530								
Tributos diferidos	04.05	2.513.158	2.240.266	Reserva de Investimentos		194.359.510	145.218.357								
Dividendos a receber	06.09	10.328.583	-	Lucros retidos		79.597.883	59.519.700								
(-) Estimativa de Perdas CLD		(1.932.730)	(1.932.730)												
Investimentos	04.06	95.761.479	89.559.218	TOTAL DO PASSIVO + PL		426.713.806	358.497.661								
Imobilizado	04.07	78.582.084	81.195.870												
Intangível		191.598	187.884												
TOTAL DO ATIVO		426.713.806	358.497.661												
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.															
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores em R\$)															
	NE	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE INVESTIMENTO	RETENÇÃO DE LUCROS ACUMULADOS	LUCROS	TOTAL								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		75.108.395	19.481.453	96.077.205	49.141.152	0	239.808.206								
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2020						59.921.537	59.921.537								
DESVALORIZAÇÃO IMOBILIZADO - ESTORNO	06.10					16.825.605	16.825.605								
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS															
FORMAÇÃO RESERVA LEGAL	06.01		2.996.077		49.141.152	-49.141.152	-2.996.077								
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO LUCROS:															
- DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS 2020						-14.231.365	-14.231.365								
- RETENÇÃO DE LUCROS						-59.519.700	-59.519.700								
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		75.108.395	22.477.530	145.218.357	59.519.700	0	302.323.982								
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2021						97.149.944,62	97.149.945								
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS															
FORMAÇÃO RESERVA LEGAL	06.01		4.857.497		49.141.152	-49.141.152	-4.857.497,23								
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO LUCROS:															
- DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS 2021						-23.073.111,83	-23.073.112								
- RETENÇÃO DE LUCROS						69.219.336-69.219.335,56									
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		75.108.395	27.335.027,04	194.359.510	79.597.883	0	376.400.815								
As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.															
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021															
NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL. O TERMASA S/A é uma sociedade anônima constituída em 01 de janeiro de 1994, tendo como objetivos principais as atividades de recebimento, armazenagem e expedição de produtos e mercadorias nos mercados internos e externos e a prestação de serviços de operador portuário. A entidade é regida pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a qual foi alterada pela Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007 que regulamenta as Sociedades Anônimas no país. NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Considerando que as únicas alterações no patrimônio líquido durante os períodos para os quais as demonstrações financeiras são apresentadas derivam do resultado e da distribuição de lucro, não foi apresentada a demonstração do resultado abrangente. Trata-se de demonstrações financeiras individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, sendo esta a moeda funcional, tendo sido aprovadas pela administração em 15/01/2022. NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. 03.01 – Regime de escrituração. Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. 03.02 – Caixa e equivalentes de Caixa. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. 03.03 – Contas a receber e estimativa de perdas. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e ajustadas pela estimativa de perdas, com base na análise da carteira de recebíveis, em montante considerado suficiente pela administração. 03.04 – Avaliação dos estoques. Os estoques existentes na data do balanço foram avaliados pelo custo médio das compras, sendo inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. 03.05 – Gastos antecipados. As despesas antecipadas foram registradas no Ativo Circulante, sendo apropriadas mensalmente, pelo regime de competência. 03.06 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos. Os tributos diferidos foram mensurados considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, tais como despesas com provisão para perda com crédito de liquidação duvidosa e provisão para contingências, na extensão em que sua realização seja provável. 03.07 – Imobilizado. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada. 03.08 – Depreciação do imobilizado. A depreciação do imobilizado foi calculada pelo método linear sobre o valor contábil dos bens com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, e considerando estimativas de vida útil e valor residual recuperável, estando a adequação dos cálculos, conforme o previsto na NBC TG 27 do CFC. 03.09 – Redução ao valor recuperável de ativos. Consoante ao que determina a NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução 1.292 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda. 03.10 – Reconhecimento das receitas. As receitas de prestação de serviços e as originadas de processos não vinculados às atividades principais da empresa são reconhecidas no momento da realização das transações, de acordo com o período de competência, por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30 – Receitas, aprovada pela Resolução 1.187/09 do Conselho Federal de Contabilidade. 03.11 – Ajuste a valor presente. O ajuste a valor presente, conforme previsto na NBC TG 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovada pela Resolução 1.151/09 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado em 2021 em razão de não existirem situações para a sua aplicação. 03.12 – Contas a pagar. As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal, os quais propiciem a empresa bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente. 03.13 – Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas. Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência. 03.14 – Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes). Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo foi reconhecido no balanço patrimonial quando a cooperativa possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. 03.15 – Provisões. As provisões constituídas foram baseadas no conceito estabelecido na NBC TG 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela resolução 1.180/09 do CFC, que define provisão como sendo um passivo de prazo ou de valores incertos e também que passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade. 03.16 – Circulantes e Não Circulantes. A classificação de ativos e passivos entre circulante e não circulante leva em consideração os prazos de vencimento, sendo registrados como não circulantes os valores com vencimentos superiores a 365 dias da data base das demonstrações contábeis. 03.17 – Instrumentos Financeiros. Os instrumentos financeiros são derivativos, que incluem as disponibilidades, contas a receber, aplicações financeiras, obrigações com fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e, outras obrigações a pagar, foram mensurados pelo custo amortizado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos, entretanto, caso venha a ter, os mesmos serão mensurados pelo seu valor justo e os reflexos reconhecidos no resultado do exercício. NOTA 04 – DETALHAMENTO DE SALDOS. O detalhamento dos principais saldos contábeis está evidenciado a seguir:															
04.01 – Caixa e equivalentes de caixa															
Composição		2021	2020												
Caixa		1.836	1.956												
Banco conta corrente		1.003.800	1.111.444												
Aplicações financeiras		225.911.853	160.259.378												
Total do caixa e equivalentes		226.917.489	161.372.778												
Aplicações financeiras		2021	2020												
Banco Bradesco		51.067.341	100.501.121												
Sicredi		26.535.498	25.276.838												
Banco Santander		142.367.796	19.276.472												
Banco Itaú		3.860.157	15.204.947												
XP Investimentos		2.081.061	-												
Total		225.911.853	160.259.378												
04.02 – Créditos com clientes															
Composição		2021	2020												
Circulante		4.303.545	2.885.700												
A vencer		4.303.545	2.885.700												
Vencidos de 181 a 365 dias		0	0												
Não Circulante		756.502	756.502												
Vencidos a mais de 365 dias		756.502	756.502												
Total bruto dos créditos		5.060.048	3.642.203												
Estimativa de perdas s/ créditos liquidação duvidosa		-756.502	-756.502												
Total líquido dos créditos		4.303.545	2.885.700												
04.03 – Outros créditos															
Outros créditos		2021	2020												
Adiantamento SUPRG		864.206	354.486												
Sinistros a recuperar		0	0												
Total		864.206	354.486												
O saldo de R\$ 864.206,22 (R\$ 354.485,60 em 31 de dezembro de 2020) da rubrica SUPRG refere-se a adiantamentos pagos a Superintendência do Porto de Rio Grande a título de Taxa de Utilização do Porto (TUP).															
04.04 – Depósitos judiciais															
Depósitos Judiciais		2021	2020												
Caixa Econômica Federal		528.427	448.627												
Trabalhista		528.427	448.627												
Banco do Brasil		275.635	275.635												
Trabalhista		275.635	275.635												
Total		804.063	724.263												
04.05 – Tributos diferidos															
O saldo contabilizado dos tributos diferidos foi mensurado considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado na abertura do quadro abaixo.															
Diferenças temporárias		Valor	IRPJ	CSLL	Total										
Provisão para contingências		6.568.985	1.642.246	591.209	2.233.455										
Provisão para perda de crédito		822.656	205.664	74.039	279.703										
Total		7.391.641	1.847.910	665.248	2.513.158										

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores em R\$)			
	NE	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		218.072.243	163.890.836
Prestação de serviços		218.072.243	163.890.836
DEDUÇÕES		-26.714.065	-20.076.561
Impostos incidentes		-26.714.065	-20.076.561
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		191.358.178	143.814.275
Custo dos serviços prestados		-43.386.326	-35.378.217
LUCRO BRUTO		147.971.852	108.436.058
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		-16.415.592	-14.833.598
Despesas administrativas	06.03	-17.193.958	-16.906.739
Despesas tributárias		-557.078	-280.610
Outras receitas e despesas operacionais	06.05	1.335.444	2.353.751
RESULTADO FINANCEIRO	06.04	7.983.609	4.250.066
Despesas financeiras		-117.526	-93.083
Receitas financeiras		8.101.135	4.343.149
LUCRO OPERACIONAL		139.539.870	97.852.526
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	06.06	8.236.995	-2.167.853
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	06.08	-46.024.517	-32.204.529
Contribuição Social		-12.152.380	-8.515.624
Imposto de Renda		-33.872.137	-23.688.906
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		101.752.348	63.480.144
Participação dos funcionários no resultado	06.07	-4.602.403	-3.558.607
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		97.149.945	59.921.537
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		5,79	3,57

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

04.06 – Investimentos			
Investimentos	2021	2020	
Terminal Graneleiro S/A	72.186.438	65.648.310	
CCGL Participações Ltda	17.788.135	18.119.586	
CCGL Alimentos Ltda	5.782.770	5.788.918	
Sicredi	4.136	2.404	
Total	95.761.479	89.559.218	

Terminal Graneleiro S/A: O TERMASA detém 94,94% do capital do TERGRASA e o valor do investimento encontra-se mensurado pela equivalência patrimonial, de acordo com as demonstrações financeiras da mesma, encerradas em 31/12/2021, as quais continuam os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo circulante	16.485.744	8.400.520
Ativo não circulante	293.237.695	286.319.324
Passivo circulante	45.454.236	44.152.399
Passivo não circulante	188.235.458	181.420.288
Patrimônio líquido	76.033.746	69.147.157
Resultado do exercício	9.031.593	-2.126.812

CCGL Participações: O TERMASA detém 83,78% do capital na CCGL Participações e o valor do investimento encontra-se mensurado pela equivalência patrimonial, de acordo com as demonstrações financeiras da mesma, encerradas em 31/12/2021, as quais continuam os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo circulante	399.719	408.598
Ativo não circulante	22.562.157	22.562.157
Passivo circulante	0	621
Passivo não circulante	1.730.285	1.342.928
Patrimônio líquido	21.231.591	21.627.205
Resultado do exercício	-395.614	-213.521

CCGL Alimentos: O TERMASA detém 99,99% do capital na CCGL Alimentos e o valor do investimento encontra-se mensurado pela equivalência patrimonial, de acordo com as demonstrações financeiras da mesma, encerradas em 31/12/2021, as quais continuam os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Ativo circul		

>>>> continuação

TERMINAL MARITIMO LUIZ FOGLIATTO S/A - TERMASA CNPJ 74.109.828/0001-19

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

administração, não evidenciaram risco de realização ou de dependência comercial. **05.05– Riscos de variações de preços.** Entre os créditos e obrigações não existem valores representativos ou indexados a preços de commodities que pudessem representar algum risco relacionado a variações de preços. **05.06– Riscos de variação cambial.** Entre os créditos e obrigações não existem valores indexados a outras moedas que não o Real que pudessem representar algum risco relacionado a variações cambiais. **05.07 – Riscos de Liquidez.** O risco de liquidez é medido pela capacidade de a empresa cumprir com suas obrigações, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa. Na data base das demonstrações contábeis o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 6,08 e 5,01 não apresentando nenhum indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes. **NOTA 06 – OUTRAS INFORMAÇÕES. 06.01 – Natureza e finalidade das reservas.** Reserva Legal – constituída com 5% do lucro do exercício, sendo destinada a reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da cooperativa; **06.02 – Seguros.** Os Seguros contratados pelo Terminal, vigentes na data do Balanço são:

Modalidade	Cobertura	Valor em R\$
Riscos nomeados	Prédios, máquinas, móveis, utensílios, instalações, mercadorias de propriedade do segurado e de terceiros recebidas para depósito e lucros cessantes.	257.933.728
Operador portuário	Responsabilidade de operador portuário e responsabilidade civil do empregador.	1.500.000
Total		259.433.728

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores especializados na área. **06.03 – Despesas administrativas.** As despesas administrativas apresentam a seguinte composição:

Despesas	2021	2020
Pessoal e encargos	11.681.701	12.287.387
Assessoria, consultoria e auditoria	660.004	755.842
Serviços diversos	703.421	744.713
Depreciação e amortização	1.257.556	631.188
Manutenções	796.009	424.605
Seguros	265.035	298.784
Entidades de classe	257.252	283.289
Serviços de vigilância	273.499	271.895
Energia elétrica e água	225.316	173.332
Telefone	125.955	108.913
Multas, taxas e alvarás	59.270	77.633
Outras despesas administrativas	888.940	849.158
Total	17.193.958	16.906.739

06.04 – Resultado financeiro. A composição do resultado financeiro é assim apresentada:

Contas	2021	2020
Receitas Financeiras	8.101.135	4.343.149
Rendimentos de aplicações financeiras	8.050.693	3.413.274
Variações monetárias e cambiais	39.365	643.051
Juros recebidos	3.585	285.281
Descontos Recebidos	7.493	1.543
Despesas Financeiras	-117.526	-93.083
Multas e juros	-8.162	-41.868
Despesas bancárias	-14.033	-17.111
Variações monetárias	-86.796	-31.171
IOF	-3.315	-2.883
Outras despesas financeiras	-5.219	-50
Resultado Financeiro Líquido	7.983.609	4.250.066

06.05 – Outras receitas e despesas operacionais. A composição das outras receitas e despesas operacionais apresenta-se da seguinte maneira:

Contas	2021	2020
Outras receitas operacionais	4.562.317	6.131.338
Reversão de provisões	3.091.406	3.508.238
Ressarcimento de despesas	1.281.884	2.599.561
Outras receitas	189.027	22.943
Vendas de imobilizado	0	596
Outras despesas operacionais	-3.226.873	-3.777.587
Provisões constituídas	-3.499.075	-3.634.417
Impostos diferidos	272.891	-91.384
Outras despesas	-690	-51.787
Outras receitas e despesas operacionais	1.335.444	2.353.751

06.06 – Equivalência patrimonial. A equivalência patrimonial é realizada em decorrência dos investimentos da empresa em empresas coligadas e controladas.

Equivalência patrimonial	TERGRASA	CCGL PARTICIPAÇÕES	CCGL ALIMENTOS
Balancos da Investidora			
1. Dados da Controlada			
1.1. Capital	56.797.402	6.165.779	5.801.915
1.2. Nro. de Ações	37.150.437	6.165.779	5.801.915
1.3. Patrimônio Líquido (+) Dividendos			
Provisionados e não distribuídos em 31/12/2019	76.033.745,89	21.231.591,21	5.783.348,08
1.4. Resultado do Exercício (Lucro/Prejuízo)	9.031.592,60	-395.613,91	-6.148,64
2. Dados da Investidora ou Controladora			
2.1. Nro.de Ações ou quotas possuídas	35.270.625	5.165.779	5.801.334
2.2. Percentual de Participação	94,94%	83,78%	99,99%
2.3. Valor Contábil da Investidora	63.611.844,33	18.119.585,63	5.788.917,77
2.4. Valor Patrimonial do Investimento	72.186.438,35	17.788.134,57	5.782.769,74
3. Variações a registrar na Investidora ou controladora			
3.1. Resultado da Equivalência Patrimonial	8.574.594,02	-331.451,06	-6.148,03

06.07 – Programa de participação nos resultados. O Termasa participa do Programa de Participação nos Resultados que o Grupo CCGL oferece aos seus colaboradores. A participação está vinculada ao resultado do grupo empresarial, composto por CCGL, Termasa e Tergrasa, e ao alcance de metas, cujos **parâmetros para o exercício de 2021** constam em acordo. O Termasa provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 3.849.467,61 (R\$ 3.558.606,68 em 31 de dezembro de 2020) referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores e administradores.

06.08 – Imposto de Renda e Contribuição Social
O cálculo para obtenção dos valores do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) está assim constituído:

Contas	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL	143.174.462	143.174.462	92.126.066	92.126.066
Adições	5.881.961	3.873.979	7.521.491	6.030.445
Provisão para Contingências	3.499.075	3.499.075	3.634.417	3.634.417
PPR direção	2.007.982		1.491.046	
Equivalência patrimonial	337.599	337.599	2.198.086	2.198.086
Impostos diferidos	0	0	91.384	91.384
Despesas indedutíveis	37.306	37.306	106.559	106.559
Exclusões	-12.021.996	-12.021.996	-3.538.471	-3.538.471
Equivalência patrimonial	-8.574.594	-8.574.594	-30.233	-30.233
Reversão de provisão para contingência	-3.091.406	-3.091.406	-3.508.238	-3.508.238
Impostos diferidos	-272.891	-272.891		
Outras exclusões	-83.104	-83.104		
Base de Cálculo Ajustada	137.034.428	135.026.446	96.109.086	94.618.040
Valor do IRPJ e da CSLL	34.234.607	12.152.380	24.003.272	8.515.624
Programa Alimentação do Trabalhador	-362.470	0	-314.366	0
Valor do IRPJ e da CSLL Ajustado	33.872.137	12.152.380	23.688.906	8.515.624

06.09 – Partes relacionadas. As operações com partes relacionadas referem-se a dividendos recebidos e distribuídos a empresas coligadas e a operações de mútuo e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2021:

Natureza da Operação	2021	2020
Ativo	12.477.283	16.545.328
Dividendos a receber do TERGRASA	12.350.626	10.314.160
Dividendos a receber da CCGL Alimentos	14.423	14.423
Operação de mútuo com o TERGRASA	102.151	6.206.662
Operação de mútuo com a CCGL Alimentos	10.083	10.083
Passivo	23.122.070	30.651.524
Dividendos a pagar para a CCGL	23.066.190	30.602.566
Dividendos a pagar para outros sócios	55.880	48.959

06.10 – Impactos da pandemia do Covid-19. O Termasa vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, popularmente conhecido como o novo coronavírus. Para tanto, a empresa instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de prover à segurança dos seus colaboradores e à continuidade de seus negócios. Com o objetivo de proporcionar segurança aos seus colaboradores e terceiros, o Termasa adotou uma série de medidas e procedimentos minimizando a exposição dos mesmos ao novo coronavírus. Ainda, no que se refere à proteção de pessoas, vale menção também a decisão da empresa pela manutenção de todos os empregos diretos. No que se refere à continuidade dos negócios, até o presente momento a companhia continua com as suas operações normalizadas e os efeitos da pandemia não trouxeram impactos financeiros relevantes. **06.11 – Eventos Subsequentes.** Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações financeiras para fins de divulgação (15/01/2022) que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. As notas explicativas são integrantes das Demonstrações Contábeis

Rio Grande/RS, 31 de dezembro de 2021.

Caio Cezar Fernandez Vianna
Presidente
CPF 290.457.890-00

Marcelo Bazilio Ferreira
Contador
CRC/RS 079695/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores do Terminal Marítimo Luiz Fogliatto S/A – TERMASA
Rio Grande - RS

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal Marítimo Luiz Fogliatto S/A – TERMASA, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal Marítimo Luiz Fogliatto S/A – TERMASA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao TERMASA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos
As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião emitido em 17 de janeiro de 2021, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do TERMASA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações financeiras ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta

estar distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações financeiras foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras
A administração do TERMASA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do TERMASA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do TERMASA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação,

omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do TERMASA. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do TERMASA. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o TERMASA a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. f) Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. g) Fornecemos também aos administradores declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 17 de janeiro de 2022.

Erni Dickel
Contador CRC RS 041338/O-0
DICHEL & MAFFI – AUDITORIA E CONSULTORIA SS
CRC RS 3.025

TERMINAL GRANELEIRO S/A TERGRASA

CNPJ 01.785.688/0001-25

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores em R\$)

ATIVO	NE	2021	2020	PASSIVO	NE	2021	2020
CIRCULANTE		16.485.744	8.400.520	CIRCULANTE		45.454.236	44.152.399
Caixa e equivalentes de caixa	04.01	11.209.661	3.368.641	Fornecedores		3.941.175	1.605.691
Caixa e bancos		1.722.431	1.308.382	Obrigações tributárias		1.200.449	628.919
Aplicações financeiras		9.487.230	2.060.259	Obrigações sociais		504.672	465.022
Créditos		5.073.061	4.872.036	Obrigações com pessoal		4.038.868	3.390.735
Créditos com clientes	04.02	4.321.276	1.504.589	Financiamentos bancários	04.07	3.703.765	3.708.747
Tributos a recuperar	04.03	534.955	3.269.509	Arrendamento a pagar	04.08	29.290.293	22.431.055
Adiantamentos		216.830	97.938	Dividendos a pagar	06.08	2.145.003	10.314.160
Estoques		168.067	129.933	Outros débitos		630.010	1.608.070
Despesas antecipadas		34.954	29.910	NÃO CIRCULANTE		188.235.458	181.420.288
NÃO CIRCULANTE		293.237.695	286.319.324	Financiamentos bancários	04.07	10.846.870	14.529.510
Realizável a longo prazo		25.813.310	26.162.191	Arrendamento a pagar	04.08	123.918.005	119.699.605
Créditos com clientes	04.02	17.551	17.551	Débitos com ligadas	06.08	102.151	6.206.862
Depósitos judiciais	04.04	11.188.850	11.135.387	Provisões para contingências	04.09	43.013.115	40.910.183
Créditos em cobrança judicial		195.272	195.272	Dividendos a pagar	06.08	10.314.160	41.157
Tributos diferidos	04.05	14.624.459	15.026.804	Outros débitos		41.157	74.328
(-) Estimativa de perdas		(212.823)	(212.823)	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		76.033.746	69.147.157
Investimento		938	832	Capital Social	04.10	56.797.402	56.797.402
Imobilizado	04.06	267.418.937	260.148.728	Reserva Legal	06.01	451.580	0
Intangível		4.510	7.573	Reserva de Investimentos		12.349.754	12.349.754
TOTAL DO ATIVO		309.723.439	294.719.844	Lucros retidos		6.435.010	0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores em R\$)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE INVESTIMENTO	LUCROS RETIDOS	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	56.797.402	1.231.240	11.734.530	1.510.796	0	71.273.968
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2020					-2.126.812	-2.126.812
FORMAÇÃO DE RESERVA LEGAL						
FORMAÇÃO DE RESERVA DE INVESTIMENTO			1.510.796	-1.510.796		
PROPOSTA DE COMPENSAÇÃO DOS PREJUÍZOS:						
- COMPENSAÇÃO COM RESERVAS		-1.231.240	-895.572	2.126.812		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	56.797.402	0	12.349.754	0	0	69.147.157
LÚCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2021				9.031.593	9.031.593	
FORMAÇÃO DE RESERVA LEGAL		451.579,63		-451.579,63		
FORMAÇÃO DE RESERVA DE INVESTIMENTO						
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO LUCROS:						
- DIVIDENDOS OBRIGATORÍOS 2021				6.435.010	-2.145.003	-2.145.003
- RETENÇÃO DE LUCROS				-6.435.010	-6.435.010	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	56.797.402	451.580	12.349.754	6.435.010	0	76.033.746

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL. A empresa TERGRASA S/A é uma sociedade anônima constituída em 24 de março de 1977, tendo como objetivo principal as atividades de recebimento, armazenamento e expedição de produtos e mercadorias nos mercados internos e externos, explorando o terminal marítimo, através de arrendamento das instalações do antigo Terminal de Trigo e Soja – TTS, de propriedade do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, mediante contrato de Arrendamento n°. CA – SUPREG 02/97, renovado em 2012 através do terceiro aditivo assinado em 17 de abril de 2012. A entidade é regida pela Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, a qual foi alterada pela Lei 11.638 de 28 de dezembro de 2007 que regulamenta as Sociedades Anônimas no país. **NOTA 02 – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Considerando que as únicas alterações no patrimônio líquido

durante os períodos para os quais as demonstrações financeiras são apresentadas derivam do resultado e da distribuição de lucro, não foi apresentada a demonstração do resultado abrangente. Trata-se de demonstrações financeiras individuais e encontram-se apresentadas em moeda corrente nacional – denominada de Real, sendo esta a moeda funcional, tendo sido aprovadas pela administração em 15/01/2022. **NOTA 03 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS. 03.01 – Regime de escrituração.** Foi adotado o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento. **03.02 – Caixa e equivalentes de caixa.** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações de liquidez imediata. **03.03 – Contas a receber e estimativa de perdas.** As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor da transação e ajustadas pela estimativa de perda, com base na análise da carteira de recebíveis, em montante considerado suficiente pela administração. **03.04 – Avaliação dos estoques.** Os estoques existentes na data do balanço foram avaliados pelo custo médio das compras, sendo inferior aos custos

como não circulantes os valores com vencimentos superiores a 365 dias da data base das demonstrações contábeis. **03.17 – Operações de arrendamento mercantil.** As operações de arrendamento são registradas de acordo com o previsto no CPC 06, que introduz um novo modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro. O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo, como uma obrigação. **03.18 – Instrumentos Financeiros.** Os instrumentos financeiros não derivativos, que incluem as disponibilidades, contas a receber, aplicações financeiras, obrigações com fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e, outras obrigações a pagar, foram mensurados pelo custo amortizado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos, entretanto, caso venha a ter, os mesmos serão mensurados pelo seu valor justo e os reflexos reconhecidos no resultado do exercício. **NOTA 04 – DETALHAMENTO DE SALDOS.** O detalhamento dos principais saldos contábeis está evidenciado a seguir: **04.01 – Caixa e equivalentes de caixa**

Composição	2021	2020
Caixa	17	901
Banco conta corrente	1.722.414	1.307.481
Aplicações financeiras	9.487.230	2.060.259
Total do caixa e equivalentes	11.209.661	3.368.641

Aplicações financeiras	2021	2020
Banco Santander	7.550.918	1.531.680
Banco Itaú	1.921.937	505.502
Banco Bradesco	13.791	22.779
Banco Sicredi	583	297
Total	9.487.230	2.060.259

04.02 – Créditos com clientes

Composição	2021	2020
Circulante	4.321.276	1.504.589
A vencer	4.321.276	1.504.589
Vencidos até 180 dias		0
Não Circulante	17.551	17.551
Vencidos a mais de 365 dias	17.551	17.551
Total bruto dos créditos	4.338.827	1.522.140
Estimativa de perdas s/ créditos liquidação duvidosa	-17.551	-17.551
Total líquido dos créditos	4.321.276	1.504.589

04.03 – Tributos a recuperar. Os tributos a recuperar são resultantes de operações de aquisição de produtos, mercadorias, serviços e bens necessários ao desenvolvimento das atividades operacionais da empresa e de saldos negativos originados em decorrência de pagamentos a maior em IRPJ e CSLL a maior. OS sados estão compostos conforme segue:

Créditos Tributários	2021	2020
Saldo negativo de IRPJ	393.549	1.289.058
Saldo negativo de CSLL	140.478	628.754
ISSQN a Recuperar	928	936
Total	534.955	1.918.748

04.04 – Depósitos judiciais

Depósitos Judiciais	2021	2020
Caixa Econômica Federal	917.836	800.324
Trabalhista	696.042	631.139
ANVISA	52.609	0
ANTAQ	169.184	169.184
Banrisul	9.312.895	9.312.895
SUPRG	9.312.895	9.312.895
Banco do Brasil	954.400	1.018.449
SUPRG	872.888	872.888
Trabalhista	81.511	145.561
HSBC	3.720	3.720
SUPRG	3.720	3.720
Total	11.188.550	11.135.387

04.05 – Tributos diferidos. O saldo contabilizado dos tributos diferidos foi mensurado considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, conforme demonstrado na abertura do quadro abaixo:

Diferenças temporárias	Valor	IRPJ	CSLL	Total
Provisão SUPRG	35.441.685	8.860.421	3.189.752	12.050.173
Provisão Cofins sobre arrendamento	6.566.625	1.641.656	590.996	2.232.653
Provisão para contingências	1.004.805	251.201	90.432	341.634
Total	43.013.115	10.753.279	3.871.180	14.624.459

04.06 – Imobilizado

Descrição	Taxa (%)	Valor Contábil 31/12/2020	Aquisições	Transf.	Depreciação	Valor Contábil 31/12/2021
Móveis e utensílios	10	349.869	113.596	0	-51.103	412.362
Equipamento de informática	10	544.143	56.790	0	-77.036	521.786
Máquinas e equipamentos	10	10.995.924	178.986	-2.072	-2.455.741	8.717.097
Instalações	10	13.417.101	0	2.408.392	-2.125.361	13.700.132
Veículos	20	0	0	0	0	0
Sistemas operacionais	20	1.377	0	0	-751	626
Equipamentos de segurança	10	191.809	4.186	0	-15.828	180.167
Ativo de direito de uso	13,48	140.656.525	36.837.666	0	-26.483.704	151.010.487
Benefitórias em bens de terceiros	10,09	93.991.980	7.195.657	66.242	-15.265.579	85.988.300
Construções em andamento	0	9.360.541	0	-2.472.562	0	6.887.979
Total		260.148.728	53.747.422	0	-46.475.102	267.418.937

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Valores em R\$)

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	NE	2021	2020
Prestação de serviços		129.416.434	86.292.230
DEDUÇÕES		(15.850.299)	(10.574.100)
Tributos incidentes		(15.850.299)	(10.574.100)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		113.566.135	75.718.130
Custo dos serviços prestados		(87.183.831)	(66.977.610)
LUCRO BRUTO		26.382.304	8.740.520
DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(10.597.533)	(7.734.709)
Despesas administrativas	06.03	(8.342.103)	(8.980.334)
Despesas tributárias		(168.091)	(118.639)
Outras receitas e despesas operacionais	06.05	(2.087.339)	1.364.264
RESULTADO FINANCEIRO	06.04	(405.942)	(1.269.817)
Despesas financeiras		(739.131)	(1.405.589)
Receitas financeiras		333.188	135.772
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS		15.378.829	(264.006)
TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	06.07	(4.101.919)	-
Contribuição Social		(1.111.774)	-
Imposto de Renda		(2.990.144)	-
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		11.276.910	(264.006)
Participação dos funcionários		-	-
no resultado	06.06	(2.245.318)	(1.862.806)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.031.593	(2.126.812)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO		1,13	(0,27)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

de reposição ou aos valores de realização. **03.05 – Gastos antecipados.** As despesas antecipados foram registradas no Ativo Circulante, sendo apropriadas mensalmente, pelo regime de competência. **03.06 – Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.** Os tributos diferidos foram mensurados considerando as alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias, tais como despesas com provisão para contingências trabalhistas e fiscais e sobre os prejuízos fiscais, na extensão em que sua realização seja provável. **03.07 – Imobilizado.** O imobilizado é mensurado pelo seu custo de aquisição, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção. **03.08 – Depreciação e amortização do imobilizado.** A depreciação do imobilizado foi calculada com base no vencimento do contrato de arrendamento com a Superintendência do Porto de Rio Grande. As taxas de depreciação foram ajustadas para que ao final do contrato, todos os bens que serão entregues ao Governo estejam totalmente depreciados. Para os itens que possuem o final da vida útil anterior ao prazo de arrendamento, foi utilizado o método linear sobre o valor contábil dos bens com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil e considerando estimativas de vida útil e valor residual recuperável, estando à adequação dos cálculos, conforme o previsto na NBC TG 27 do CFC. **03.09 – Redução ao valor recuperável de ativos.** Consoante ao que determina a NBC TG 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução 1.292 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata da redução de ativos ao seu valor recuperável, apesar de não ter sido elaborado trabalho técnico específico, foram reunidas evidências de que não existem ativos com valores superiores aos possíveis de serem recuperados pelo uso ou pela venda. **03.10 – Reconhecimento das receitas.** As receitas de prestação de serviços e as originadas de processos não vinculados às atividades principais da empresa são reconhecidas no momento da realização das transações, de acordo com o período de competência, por satisfazerem os requisitos exigidos na NBC TG 30 – Receitas, aprovada pela Resolução 1.187/09 do Conselho Federal de Contabilidade. **03.11 – Ajuste a valor presente.** O ajuste a valor presente, conforme previsto na NBC TG 12 - Ajuste a Valor Presente, aprovada pela Resolução 1.151/09 do Conselho Federal de Contabilidade, não foi calculado em 2021 em razão de não existirem situações para a sua aplicação. **03.12 – Contas a pagar.** As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal, os quais propiciem a empresa bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. **03.13 – Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas.** Os salários, incluindo

De acordo com o estabelecido no CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, foram registrados no ativo imobilizado, como Ativo de Direito de Uso, os valores referentes ao contrato de arrendamento que oTERGRASA possui junto à Superintendência do Porto de Rio Grande – SUPRG. Os valores registrados no ativo referem-se à parcela fixa do contrato e a parcela considerada como fixa em essência. Os pagamentos fixos em essência são pagamentos que podem, na forma, conter variação, mas que, em essência, são inevitáveis. No caso do TERGRASA, considerou-se fixo em essência os pagamentos referentes ao volume mínimo de movimentação prevista no contrato. Em 2021 foram remensurados os registros do direito de uso – fixo e direito de uso – fixo em essência, chegando-se nos seguintes montantes:

Ativo de direito de uso	Registro inicial
Ativo de direito de uso - fixo	77.972.759,00
Ativo de direito de uso - fixo em essência	116.720.282,73
Total	194.693.041,73

04.07 – Financiamentos bancários. Os valores dos empréstimos e financiamentos encontram-se atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas e classificados entre passivo circulante e não circulante de acordo com os seus prazos de vencimento.

Instituição financeira	Vencimento final	Taxa (a.a)	Circulante	Não Circulante	Total
BRDE - Cerealista	15/11/2028	3,50%	1.642.013	9.613.529	11.255.542
BRDE - Finaime PSI	15/07/2023	3,00%	1.893.933	1.102.500	2.996.433
Banco do Brasil - Finaime	15/05/2023	3,00%	111.569	84.345	195.934
Banco do Brasil - Finaime	15/06/2024	6,00%	56.230	46.496	102.726
Total			3.703.765	10.846.870	14.550.634

04.08 – Arrendamentos a pagar. Os valores de arrendamentos a pagar encontram-se registrados de acordo com o previsto no CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e apresentam a seguinte composição de saldo:

	2021	2020
Circulante	29.290.293	22.431.055
Arrendamento fixo	9.936.952	7.519.363
Arrendamento fixo em essência	17.155.530	13.437.556
Arrendamento variável	2.197.811	1.474.135
Não Circulante	123.918.005	119.699.605
Arrendamento fixo	43.060.127	40.103.272
Arrendamento fixo em essência	80.857.878	79.596.333
Total dos arrendamentos a pagar	153.208.299	142.130.660
Arrendamento fixo	52.997.080	47.622.635
Arrendamento fixo em essência	98.013.408	93.033.889
Arrendamento variável	2.197.811	1.474.135

04.09 – Provisões para contingências. Considerando as incertezas a respeito de valores e prazos de obrigações existentes, em base estimativa foram constituídas as provisões a seguir demonstradas, as quais levaram em consideração os prognósticos dos assessores jurídicos nos casos em que existem demandas judiciais.

Provisões	2020	(+) Complemento	(-) Util./Rever.	2021
SUPRG	33.392.152	2.049.533	0	35.441.685
Pis e cofins sobre arrendamento	6.566.625	0	0	6.566.625
Trabalhistas	951.406	604.212	637.015	918.603
Fiscais	0	86.202	0	86.202
Total	40.910.183	2.739.947	637.015	43.013.115

Contingências: Em 02 de junho de 2010 a administração do TERGRASA, através de seus procuradores, ingressou com ação declaratória de inexistência de débito contra a Superintendência do Porto de Rio Grande - SUPRG, em razão da SUPRG considerar-se credora de valores correspondentes à parte variável do arrendamento celebrado com o TERGRASA. O valor original da ação, em 08/07/2011, era de R\$ 12.610.606,53. Foram prolatadas sentenças de improcedência da ação declaratória de inexistência de débito e dos embargos a execução. Tendo em vista a decisão do Tribunal de Justiça no Rio Grande do Sul (TJRS) há condições de reversão dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (STJ), com chances de perda possível. O TERGRASA impetrou Embargos à Execução Fiscal nº 023/1.18.0003915-2, tendo em vista execução fiscal nº 0203/1.16.0008047-7 promovida pela SUPRG, no montante de R\$ 9.348.449,99. Da mesma forma, o que se discute nesta ação é a mesma questão da ação cominatória acima. Há depósito judicial de valor integral da ação. Prognóstico de perda possível. **04.10 – Capital Social.** O Capital Social está representado por 39.130.437 ações, estando o mesmo inteiramente subscrito e integralizado, distribuído entre os seguintes acionistas:

Acionista	%	Ordinárias	Preferenciais	Total
Terminal Marítimo Luiz Fogliatto S/A	94,94	13.002.654	24.147.783	37.150.437
Cooperativa Central Gaucha Ltda	5,06	693.000	1.287.000	1.980.000
Total	100,00	13.695.654	25.434.783	39.130.437

Aos acionistas é garantido dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, calculado de acordo com a legislação societária.

05- INSTRUMENTOS FINANCEIROS**05.01 – Composição dos instrumentos financeiros**

Elementos Patrimoniais	Crítérios de mensuração	Riscos relacionados	NE
Ativos financeiros:			
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	-	-
Aplicações financeiras	Custo amortizado	-	-
Créditos com Clientes	Custo amortizado	crédito ou concentração	05.03
Depósitos judiciais	Custo amortizado	perda dos processos	04.08
Passivos financeiros:			
Fornecedores	custo amortizado	-	-
Financiamentos bancários	custo amortizado	-	-
Arrendamentos a pagar	custo amortizado	-	-

05.02 - Valor de mercado dos instrumentos financeiros. A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõe o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, dos créditos a receber de clientes e os passivos circulantes aproximam-se do saldo contábil, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço. **05.03 - Derivativos.** Ao final de 2021 não existiam e durante o exercício não foram realizadas quaisquer operações com derivativos. **05.04 - Risco de crédito ou de concentração.** Os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam sujeitar a empresa a risco de crédito ou de concentração referem-se a créditos com clientes. Em 31 de dezembro de 2021 existem cinco clientes que somados representam 84,01% do montante dos créditos, no entanto, ao serem avaliados individualmente pela administração, não evidenciamos risco de realização. **05.05 - Riscos de variações de preços.** Entre os créditos e obrigações não existem valores indexados a preços de commodities que pudessem representar algum risco relacionado a variações de preços.

>>> contin

>>>> continuação

TERMINAL GRANELEIRO S/A - TERGRASA CNPJ 01.785.688/0001-25

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS LEVANTADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

05.06 - Riscos de variação cambial.

Entre os créditos e obrigações não existem valores indexados a outras moedas que não o Real que pudessem representar algum risco relacionado a variações cambiais.

05.07 – Risco de liquidez.

O risco de liquidez é medido pela capacidade da empresa cumprir com suas obrigações, tendo presente a estrutura de reservas financeiras, de ativos e linhas de créditos disponíveis para captação de novos recursos e, principalmente seus fluxos de caixa. Na data base das demonstrações contábeis o índice de liquidez corrente e liquidez geral eram de 0,36 e 0,18, respectivamente. A partir do ano de 2019 os índices apresentaram consideráveis baixas decorrentes do reconhecimento do passivo de arrendamento, estabelecido pelo CPC 06. Apesar desses índices se apresentarem baixos, as projeções de resultados e fluxos de caixa não revelam qualquer indicativo de falta de capacidade de liquidação das obrigações existentes.

NOTA 06 - OUTRAS INFORMAÇÕES. 06.01 – Natureza e finalidade das reservas. Reserva legal

– constituída com 5% do lucro do exercício, sendo destinada a reparar eventuais perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da empresa.

06.02 - Seguros.

Os seguros contratados pelo TERGRASA, vigentes na data do encerramento das demonstrações são:

Modalidade	Cobertura	Valor em R\$
Riscos nomeados	Prédios, máquinas, móveis, utensílios, instalações, mercadorias de propriedade do segurado e de terceiros recebidas para depósito e lucros cessantes.	257.933.728
Operador portuário	Responsabilidade de operador portuário e responsabilidade civil do empregador.	1.500.000
Total		259.433.728

A política de seguros considera principalmente a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores especializados na área.

06.03 – Despesas administrativas.

As despesas administrativas apresentam a seguinte composição:

Despesas	2021	2020
Pessoal e encargos	3.902.956	3.640.939
Depreciação e amortização	1.250.175	1.129.397
Seguros	413.825	760.792
Fecoagro	774.502	587.320
Serviços de vigilância	546.033	487.596
Serviços diversos	131.502	254.854
Energia elétrica	672.809	374.996
Assessoria, consultoria e auditoria	267.198	301.190
Manutenções	254.797	180.404
Outras despesas administrativas	128.305	787.113
Total	8.342.103	8.504.602

06.04 – Resultado financeiro.

A composição do resultado financeiro é assim apresentada:

Contas	2021	2020
Receitas Financeiras	333.188	233.179
Variações monetárias e cambiais	183.614	183.496
Descontos Obtidos	10.603	19.213
Rendimentos de aplicações financeiras	137.102	15.892
Multas e juros	1.870	14.578
Despesas Financeiras	-739.131	-977.190
Multas e juros	-691.516	-931.271
Despesas bancárias	-23.638	-29.405
Variações monetárias	-19.995	-12.968
IOF	-3.982	-3.547
Descontos concedidos	0	0
Resultado Financeiro Líquido	-405.942	-744.011

06.05 – Outras receitas e despesas operacionais.

A composição das outras receitas e despesas operacionais apresenta-se da seguinte maneira:

Contas	2021	2020
Outras receitas operacionais	3.604.642	4.564.100
Reversão de provisões	3.186.705	3.840.317
Ressarcimento de despesas	226.757	459.345
Venda de Imobilizado	2.087	152.616
Impostos diferidos	0	79.519
Outras receitas	189.093	32.304
Outras despesas operacionais	-5.691.981	-3.499.397
Provisões constituídas	-5.289.636	-3.499.074
Impostos diferidos	-402.345	0
Outras despesas	0	-323
Outras receitas e despesas operacionais	-2.087.339	1.064.703

06.06 – Participação dos funcionários nos resultados.

O Tergrasa participa do Programa de Participação nos Resultadosque o Grupo CCGLoferece aos seus colaboradores. A participação está vinculada ao resultado do grupo empresarial, composto por CCGL, Termasa e Tergrasa, e ao alcance de metas, cujos parâmetros para o exercício de 2021 constam em acordo. Por se tratar de participação sobre o resultado do grupo empresarial, mesmo apresentando prejuízo no exercício, o Tergrasa provisionou no Passivo Circulante o valor R\$ 2.115.570,53(R\$ 1.862.805,79 em 31 de dezembro de 2020) referente à Participação no Resultado que serão distribuídos aos seus colaboradores.

06.07 – Imposto de Renda e Contribuição Social.

O cálculo para obtenção dos valores do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) está assim constituído:

Contas	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado Líquido Antes do IRPJ e da CSLL	13.133.511	13.133.511	2.777.417	2.777.417
Adições	5.692.919	5.692.919	3.499.074	3.499.074
Provisão para Contingências	2.739.947	2.739.947	3.499.074	3.499.074
Outras Adições	2.952.972	2.952.972	0	0
Exclusões	-3.187.082	-3.187.082	-4.237.565	-4.237.565
Reversão de provisão para contingência	-3.186.705	-3.186.705	-3.840.317	-3.840.317
Impostos diferidos			-79.519	-79.519
Outras exclusões	-377	-377	-317.730	-317.730
Compensação com Prejuízo Fiscal	-3.286.299	-3.286.299		
Base de Cálculo Ajustada	12.353.050	12.353.050	2.038.925	2.038.925
Valor do IRPJ e da CSLL	3.064.262	1.111.774	485.731	183.503
Programa Alimentação do Trabalhador	-74.118	0	-12.234	0
Valor do IRPJ e da CSLL Ajustado	2.990.144	1.111.774	473.498	183.503

06.08 – Partes Relacionadas.

As operações com partes relacionadas referem-se a dividendos distribuídos a empresas coligadas e a operações de mútuo e apresentaram as seguintes movimentações no decorrer do exercício de 2021:

Natureza da Operação	2021	2020
Passivo		
Operação de mútuo com o TERMASA	102.151	6.206.662
Dividendos a pagar para o TERMASA	12.350.626	10.314.160
Dividendos a pagar para a CCGL	108.537	60.381
Total	12.561.314	16.581.204

06.09 – Impactos da pandemia do Covid-19.

O Tergrasa vem tomando medidas preventivas e mitigatórias em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde visando minimizar, tanto quanto possível, eventuais impactos decorrentes da pandemia do COVID-19, popularmente conhecido como o novo coronavírus. Para tanto, a empresa instituiu um Comitê de Crise e vem gerenciando uma série de planos de ação com o objetivo de prover à segurança dos seus colaboradores e à continuidade de seus negócios. Com o objetivo de proporcionar segurança aos seus colaboradores e terceiros, o Tergrasa adotou uma série de medidas e procedimentos minimizando a exposição dos mesmos ao novo coronavírus. Ainda, no que se refere à proteção de pessoas, vale menção também a decisão da empresa pela manutenção de todos os empregos diretos. No que se refere à continuidade dos negócios, até o presente momento a companhia continua com as suas operações normalizadas e os efeitos da pandemia não trouxeram impactos financeiros relevantes.

06.10 – Eventos subsequentes.

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações financeiras para fins de divulgação (15/01/2022) que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira. As notas explicativas são integrantes das demonstrações contábeis.

Rio Grande/RS, 31 de dezembro de 2021.

Caio Cezar Fernandez Vianna
Presidente
CPF 290.457.890-00

Marcelo Bazilio Ferreira
Contador
CRC/RS 079695/O

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores do Terminal Graneleiro S/A – TERGRASA
Rio Grande - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Terminal Graneleiro S/A – TERGRASA, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Terminal Graneleiro S/A – TERGRASA em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao TERGRASA, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião emitido em 16 de janeiro de 2021, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do TERGRASA é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as

demonstrações financeiras ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações financeiras foi submetida a nossa apreciação para fins de manifestação.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do TERGRASA é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do TERGRASA continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do TERGRASA são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do TERGRASA. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do TERGRASA. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o TERGRASA a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. f) Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. g) Fornecemos também aos administradores declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 17 de janeiro de 2022.

Erni Dickel
Contador CRC RS 041338/O-0
DICKEL & MAFFI – AUDITORIA E CONSULTORIA SS
CRC RS 3.025

PUBLICIDADE LEGAL

CTA – CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S.A.

CNPJ 00.095.840/0001-85 - NIRE 43300033830

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária**

Por meio desta, convocamos os Acionistas da CTA - Continental Tobaccos Alliance S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 00.095.840/0001-85, NIRE 43300033830, para a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 23 de março de 2022, às 10 horas, na sede social da Companhia, situada na cidade de Venâncio Aires, estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia RSC 453, km 2,2, nº 3411, bairro Industrial, cuja presença poderá se dar de forma presencial ou virtual, por meio de chamada de vídeo cujo *link* será previamente disponibilizado aos acionistas, a fim de deliberarem sobre os assuntos abaixo relacionados:

- a) aprovação da elaboração da minuta de forma sumária;
- b) relatório do Conselho Fiscal;
- c) revisão e deliberação acerca das Demonstrações Financeiras auditadas de 2021, publicadas em 23/02/2022 no Jornal do Comércio;
- d) deliberação sobre o pagamento de juros sobre capital e/ou dividendos;
- e) revisão e deliberação acerca da remuneração executiva de 2022 e do bônus de 2021;
- f) indicação dos auditores independentes para o exercício social de 2022;
- g) ratificação do ato de abertura de nova filial; e
- h) outros negócios e assuntos relacionados.

Venâncio Aires, 09 de março de 2022.

Derek Dumont Vaughan
Presidente do Conselho de Administração